Caderno 3

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

A Conferência em Avaliação

Primeiros Passos



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

ANA
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Ministra: Marina Silva

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretário Executivo: João Paulo Ribeiro Capobianco

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretor: Marcos Sorrentino
Coordenação Geral de Educação Ambiental
Coordenadora Geral: Thaís Ferraresi Pereira
Coordenadora Geral de Cidadania
Coordenadora: Isis Akemi Marimoto Toshi Oliveira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Ministro: Camilo Sobreira de Santana

SECRETARIA EXECUTIVA
Secretária Executiva: Izolda Cela

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO
Secretária: Zara Figueiredo

DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Diretora: Maria do Socorro Silva
Coordenação Geral de Educação Ambiental para Diversidade e Sustentabilidade
Coordenadora Geral: Rita Silvana Santana dos Santos

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Ministro: Waldez Góes

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

Diretoria Colegiada
Diretora-Presidente: Veronica Sánchez da Cruz Rios
Diretor: Maurício Abijaodi
Diretora: Ana Carolina Argolo
Diretor: Filipe de Mello Sampaio Cunha
Diretor: Nazareno Araújo

Comitê de Editoração:
Coordenador: Joaquim Guedes Correa Gondim Filho
Humberto Cardoso Gonçalves
Luciano Menezes Cardoso da Silva
Secretário Executivo: Nazareno Araújo

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO AO SINGREH E ÀS AGÊNCIAS INFRANACIONAIS DE REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO
Superintendente: Humberto Gonçalves
Superintendente adjunta: Renata Rozendo Maranhão

COORDENAÇÃO DE CAPACITAÇÃO DO SINGREH E DO SETOR DE SANEAMENTO
Coordenadora: Vivyanne Melo
Coordenadora substituta: Eliana Teles do Carmo

Caderno 3

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

A Conferência em Avaliação

Primeiros Passos



Brasília, DF
MMA | MEC | ANA
2023

© 2023 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima , Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citados a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do MEC ou da ANA, ou o ou sítio da Internet no qual pode ser encontrado o original em https://https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conf_Infantojuvenil_cad6.pdf/; ou https://biblioteca.ana.gov.br/sophia_web/

Equipe Técnica
Neusa Helena Rocha Barbosa (MMA)
Patricia Fernandes Barbosa (MMA)
Jane Fátima Fonteneles Fontana (ANA)

Organização dos cadernos
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Textos e Edição
Sumaya Dounis
Simone Portugal
Nilo Sérgio de Melo Diniz

Revisão
Taiana Brito Nascimento
Neusa Helena Rocha Barbosa
Renata Rozendo Maranhão
Jane Fátima Fonteneles Fontana

Projeto Gráfico
Gaia Diniz

Fotografia
Acervo do MEC e MMA

Colaboradores

Comissões Organizadoras Estaduais, Secretarias Estaduais de Educação, representantes de Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, jovens facilitadores, ex-delegados e equipe técnica das quatro edições nacionais da CNIJMA e da edição internacional.

Essa publicação foi realizada em 2017, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/005 - Educação Ambiental/ EEN - sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Essa 2ª edição foi editada, revisada e atualizada no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica 586RLA2001 – "Cooperação Sul-Sul", firmado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)".

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nestes cadernos são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da Unesco, IICA, ANA, MMA e MEC nem comprometem as organizações.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B827 Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério da Educação, Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.
Nº3 Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – A Conferência em avaliação - Primeiros Passos - Caderno 3 [Recurso eletrônico] – Brasília: MMA, 2023.

51 p. ; tab., graf.
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-88265-59-8

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Educação ambiental. 3. Qualidade Ambiental. 4. Participação comunitária. 5. Cidadania. 6. Conferência (palestra). 7. Avaliação. II. Título. III. Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

CDU (2.ed.) 502.15

Patrícia da Silva Soares – CRB 1/1567

Siglas

APMM – Movimento Ações que Podem Mudar o Mundo
CD – Disco compacto
CEFAPRO – Centros de Formação e Atualização de Profissionais da Educação Básica de Mato Grosso
CIEA – Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental
CGEA – Coordenação Geral de Educação Ambiental
CGEB – Coordenação Geral de Educação Básica
CJ – Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente
CJMA – Conselho Jovem pelo Meio Ambiente
CNIJMA – Conferência Nacional Infantojuvenil de Meio Ambiente
CNMA – Conferência Nacional do Meio Ambiente
COE – Comissão Organizadora Estadual
Com-Vida – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola
CON – Comissão Organizadora Nacional
CONFINT – Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
CONSEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente
COR – Comissões Organizadoras Regionais
CPP – Centro de Pesquisas do Pantanal
CTE-CNTI – Centro de Treinamento Educacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
DCNEA – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
DEA – Departamento de Educação Ambiental
EA – Educação Ambiental
FEMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MEC – Ministério da Educação
MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
ONG – Organização Não-Governamental
PAEC – Projeto Ambiental Escolar Comunitário
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental
PNES – Programa Nacional Escolas Sustentáveis
PPA – Plano Plurianual
PPP – Projetos Políticos Pedagógicos
PrEA – Projeto de Educação Ambiental
PTA – Plano de Trabalho Anual
RAREA – Rede Araripense de Educação Ambiental
REARJ – Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
RECEJUMA – Rede Cearense de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade
REMTEA – Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
SEAMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEDU – Secretaria de Estado de Educação
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação
SEE – Secretaria de Estado de Educação
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SRE – Superintendências Regionais de Educação
UENF – Universidade Estadual Norte Fluminense
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

Tabelas e figuras

TABELA 1 – Impactos da Conferência em Políticas Estaduais de Educação Ambiental
TABELA 2 – As condições de avaliação e continuidade da CNIJMA nos Estados (2014)
FIGURA 1 – Atividades que os Estudantes mais gostaram

Sumário

Siglas 05

Tabelas e Figuras 05

Apresentação 07

Introdução 10

Conferência Educa para Ação Ambiental 13

- Como seus objetivos são percebidos 13

Conferência Repercute nas Instituições 16

A Educação Ambiental Avança 18

A Participação é Social 22

CNIJMA Forma Jovem que Educa Jovem 25

Redes, Coletivos e Organizações se Movimentam 29

Constante na Vida é Mudança 32

Educação Ambiental na Escola 34

Revisitando a Estrutura da CNIJMA 38

- Gestão financeira e técnica 39
- Logística 39
- Apoio institucional 39
- Comunicação 40
- Mobilização Social 41
- Metodologia 42

Processos continuados 45

Conclusão - E o que dizem os outros educadore(a)s? 49

Referências 50

Apresentação

A Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) é uma iniciativa do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), constituído pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), com o objetivo de mobilizar adolescentes e jovens de todo o país a refletir, discutir e propor ações e projetos no contexto da temática socioambiental, seus desafios e alternativas, para o âmbito da escola, do município, do estado e do país como um todo.

Esta conferência aconteceu pela primeira vez, em 2003, em conjunto com a primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), promovida pelo MMA. Nessa primeira edição, realizada no campus da Universidade de Brasília, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima organizou a CNIJMA em parceria com o MEC; nas demais, a Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (SECADI) coordenou o processo, sempre em parceria com o Departamento de Educação Ambiental do MMA.

Nas cinco edições da CNIJMA realizadas ao longo de quinze anos (2003-2018), participaram mais de 20 milhões de pessoas, entre adolescentes de 11 a 15 anos (como delegado/as), jovens de 16 a 29 anos (como mobilizadores, facilitadores, oficineiros, gestores etc.), professores e adultos das comunidades escolares (acompanhantes e participantes da Conferência na Escola), gestores da educação e do meio ambiente (organização local e nacional). Foram mobilizadas, por edição, em média, 14 mil escolas em todos os estados brasileiros.

Somando-se às conferências nacionais, a Conferência Internacional Infantojuvenil "Vamos Cuidar do Planeta" (Confint), realizada em 2010, envolveu 62 países, com participação de 47 destes até a Conferência final, realizada no Brasil. Um total de quase 90 mil escolas e mais de 13 milhões de pessoas participaram das discussões sobre as Mudanças Ambientais Globais, desde as conferências nas escolas.

Esses números expressivos indicam a amplitude, a oportunidade e a necessidade

histórica dessa Conferência, que se constitui num chamado à juventude para que compartilhe do enfrentamento aos desafios socioambientais da atualidade, com o fortalecimento dos processos de educação ambiental, da escola, da comunidade de seu entorno e da sociedade.

Outro indicador relevante de sua pertinência foi o surgimento de inúmeras Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vida), em escolas por todo o país, com vistas à continuidade e permanência da discussão e ação no cotidiano da comunidade escolar. Vale observar também a organização de diversos Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente (CJ), com relativa autonomia em relação aos órgãos de governo, bem como da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente (Rejuma), que, à época, integrou o Conselho Nacional da Juventude, fortalecendo os processos da Política e da Conferência Nacional da Juventude.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada no Rio de Janeiro, em 2012, foi notória a grande participação e o protagonismo de jovens egressos dos processos da CNIJMA, nos diversos eventos realizados.

Por tudo isso, a CNIJMA pode ser considerada uma referência em política pública para o exercício do direito à liberdade, previsto no Artigo 15 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual "a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis". O Artigo 16 deste estatuto especifica que o direito à liberdade compreende os direitos de opinião e expressão, e de participação na vida política.

Esta coletânea é composta por cinco cadernos de avaliação dos primeiros 10 anos da conferência e um caderno sobre a V CNIJMA (2018). Decorridos sete anos da primeira edição, a coletânea ganhou esse novo caderno, sendo também revisada e atualizada em todo o seu conteúdo, graças à parceria com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, que contratou uma consultoria, por meio do Projeto de Cooperação com a UNESCO, bem como o apoio nesta versão impressa da Itaipu Binacional.

Esta segunda edição da coletânea, com seis cadernos, continua avaliando os primeiros 10 anos da conferência, mas também descreve a experiência da V CNIJMA. Esta avaliação foi proposta em 2013 pelo Órgão Gestor da PNEA, em diálogo com instituições parceiras da Conferência, reunidas em sua 4ª edição. O Caderno 1 apresenta um breve histórico com números da primeira década da CNIJMA. O segundo Caderno se dedica a explicar a sua metodologia, em experiência e evolução a cada edição. O Caderno 3 sistematiza resultados de avaliação realizada com os diversos atores envolvidos, o que se soma e interage com "outros olhares", título do quarto Caderno com textos selecionados por edital público, de autoria de lideranças e técnicos locais promotores da Conferência desde a escola até a fase nacional. O Caderno 5 também decorre da pesquisa avaliativa, com contribuições do Órgão Gestor, apresentando propostas e recomendações às edições seguintes. O caderno 6 relata a experiência da V CNIJMA, cujo tema foi o cuidado com as águas, tendo na metodologia e programação aspectos que dialogam com a avaliação dos cadernos anteriores.

Esta publicação procura demonstrar que a Conferência representa, reconhecidamente, para milhões de jovens, um caminho para inserção social e política desse segmento na sociedade brasileira, como um verdadeiro rito de passagem da juventude à cidadania. A sua institucionalização deve ser consolidada e fortalecida como uma política pública de Estado que considera a educação ambiental contribuição relevante à cidadania, por um Brasil mais justo, democrático e sustentável.

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Educação
Órgão Gestor da PNEA

Introdução

Não são as ervas más que afogam a boa semente, e sim a negligência do lavrador.

Confúcio

O homem erudito é um descobridor de fatos que já existem –
mas o homem sábio é um criador de valores que não existem e que ele faz existir.

Albert Einstein

A avaliação dos 10 anos da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente - CNIJMA constitui-se num processo de análise qualitativa e quantitativa, com a participação de diversos segmentos envolvidos. O propósito é contribuir com a elaboração de um documento histórico, metodológico, com diferentes olhares e recomendações prospectivas, uma análise quanto a seu valor social, com vistas ao aprimoramento dos processos de conferências e a sua institucionalização como política pública de Estado, em consonância com os objetivos da CNIJMA.

Para tanto foram elaborados critérios de avaliação e também propostos indicadores (ver Caderno 5) para o monitoramento, que, segundo Portugal (2015), condicionam os resultados de uma ação. Entende-se que a avaliação deva estar subordinada "às finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra" (GADOTTI, apud DEMO, 2002). A avaliação não se restringe somente ao ensino e nem pode ser reduzida apenas às técnicas, mas é um processo intencional, que se aplica a qualquer prática e faz parte da busca constante de reflexão sobre a atividade humana.

Assim, avaliação qualitativa só é possível se feita como forma de autoexpressão, pois,

> *mais importante que nosso diagnóstico é o autodiagnóstico da comunidade. Pode-se analisar a participação dos outros, mas, se fizermos somente isto, perderemos o cerne do fenômeno participativo, que é a autopromoção. Ademais, a qualidade não se capta observando-a, mas vivenciando-a. Passa necessariamente pela prática, pois sua lógica é a da sabedoria, mais do que a da ciência, que se permite apenas analisar, estudar, observar.* ***(DEMO, 2002).***

Sooma (2014) enfatiza a necessidade de avaliação das Conferências e também a publicação dos resultados, bem como, de se lançar as próximas, com os ajustes que se fizerem necessários.

A metodologia do processo de pesquisa, portanto, orientou-se por uma abordagem participativa e dialógica. Oficinas Avaliativas e Avaliações Livres somaram-se a ferramentas de pesquisa, como questionários e entrevistas, buscando integrar e refletir o olhar dos diversos atores atuantes na CNIJMA, como coordenadores, membros da equipe técnica, membros das Comissões Organizadoras Estaduais (COE), professores, oficineiros, facilitadores, delegados e delegadas.

As Oficinas Avaliativas consistiram em reuniões organizadas para dialogar sobre resultados da CNIJMA e colher propostas para aprimoramento desse processo de conferências, com apoio das secretarias estaduais de educação. Essas reuniões aconteceram em seis unidades federativas – Ceará, Amapá, Mato Grosso, Distrito Federal, Espírito Santo e Santa Catarina – e envolveram 183 participantes. Todas essas oficinas foram acompanhadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio de consultoria contratada. Houve ainda uma reunião em São Paulo, onde representantes de segmentos não governamentais puderam fazer observações de caráter avaliativo, o que se encontra sistematizado em artigo no Caderno 4 , juntamente com outros 6 artigos sobre a CNIJMA, todos selecionados mediante chamada pública do MMA.

As Avaliações Livres envolveram 155 participantes, em 19 encontros realizados no país. Aconteceram por iniciativa de pessoas que, direta ou indiretamente, participaram da CNIJMA. Esta alternativa foi proposta como solução metodológica para expandir ainda mais as vias de participação na pesquisa avaliativa. Assim, todos os interessados, em qualquer localidade, puderam reunir-se em grupo e, orientados por um passo-a-passo, dialogar sobre os resultados da CNIJMA, enviando contribuições que foram somadas ao processo.

Os questionários foram compostos por questões-chave inspiradas nos objetivos definidos para a avaliação e considerando o perfil do público pesquisado. Foram enviados formulários virtuais a cerca de 1.200 e-mails de membros da COE, oficineiros, facilitadores, professores e delegado(a)s, com prazo definido para preenchimento e envio. Desse total, 78 questionários foram respondidos.

As entrevistas foram realizadas, presencialmente e por meio digital, junto a 19 atores, integrantes da equipe técnica e da coordenação da CNIJMA, bem como gestores públicos do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação.

Durante o período da pesquisa foram feitas chamadas, pela página da CNIJMA no *Facebook* e por *e-mail,* divulgando as etapas do processo de avaliação, publicando orientações e incentivando a participação, inclusive por meio do envio de relatos pessoais sobre a experiência de participação na CNIJMA.

As questões da pesquisa foram formuladas segundo as seguintes categorias de análise: percepção dos objetivos da CNIJMA; impactos institucionais, fortalecimento da educação ambiental (EA), participação social, formação de jovens; impactos sobre redes, coletivos e organizações de juventude; mudança de vida; fortalecimento da EA nas escolas; e processos estruturantes, como gestão financeira e técnica, articulação institucional, logística, comunicação, mobilização social, metodologia e processos continuados.

Neste Caderno 3 essas categorias foram tituladas como (1) Conferência educa para ação ambiental/Como seus objetivos são percebidos; (2) Conferência repercute nas instituições; (3) A educação ambiental avança; (4) A participação é social; (5) CNIJMA forma jovem que educa jovem; (6) Redes, coletivos e organizações se movimentam; (7) Constante na vida é mudança; (8) A EA na escola; e (9) Revisitando a estrutura da CNIJMA, com aspectos da gestão financeira e demais itens acima mencionados.

As informações apresentadas neste caderno, conforme a pesquisa avaliativa revelou, tratam de resultados iniciais de um processo de avaliação que não se encerra. Ao contrário, o propósito é estimular que seja continuado e aprofundado, inclusive como parte de ações permanentes de acompanhamento, integrados à mobilização social e formação, durante a Conferência e nos períodos anterior e posterior a sua realização.

Esta avaliação, portanto, é um retrato dos primeiros 10 anos, que tem o principal propósito de incentivar a preparação das próximas edições da CNIJMA, com eventuais correções de rumo e de processo, sobretudo em favor de sua consolidação e "**institucionalização**".

A Institucionalização significa assegurar como processo permanente a CNIJMA, de maneira a fortalecer a sua função na formulação e implementação de políticas públicas de educação, meio ambiente e juventude no país. Longe da idéia de engessamento ou de burocratização, institucionalizar nesse caso quer dizer adoção desse processo pedagógico, de mobilização social e de formação de cidadania, como política pública continuada, como deve ser efetivamente a Política Nacional de Educação Ambiental, conduzida pelo MEC e MMA, em acordo com a Lei nº 9.795/1999 e o Decreto nº 4.281/2002.

Conferência Educa para Ação Ambiental



Caminhada Preparatória da Confint, em São Tomé e Príncipe (Foto: Naiara Campos)

Como seus objetivos são percebidos - A Conferência, segundo o olhar dos participantes da pesquisa avaliativa, tem como objetivos principais conscientizar e despertar a juventude para a necessidade de seu engajamento nas questões socioambientais ao trabalhar com esta pauta nas escolas. São reconhecidos por esses atores o grande fator de mobilização das CNIJMA e os resultados proporcionados por seus processos organizativos quanto à visibilidade em âmbito nacional da temática relacionada à educação ambiental (EA). É recorrente também a compreensão

de que a Conferência trata precipuamente de processos pedagógicos e de aprendizagem, como se não dialogasse com a intervenção política. Muitos participantes, entretanto, compreendem a CNIJMA como instrumento de formação política, social e cidadã.

> ***O processo de Conferências foi libertador para a minha vida (...) percebi que eu não estava sozinho (...) e pude construir outras bases que hoje me servem de alicerce. Entre elas estão: a importância do agir localmente, o aprendizado com as diferentes gerações, a autonomia dos sujeitos, a participação social e, acima de tudo, o cuidado para com a nossa casa (...), à própria política enquanto instrumento de mudança e geradora do bem comum.***
> Fernando da Silva Cordeiro, 25, Facilitador na 3ª e na Confint e CJ na 4ª CNIJMA – Natal/RN

Em relação ao atendimento daqueles objetivos percebidos, a visão dominante é de que a CNIJMA proporcionou experiências pessoais significativas para os adolescentes e jovens participantes, possibilitando o desenvolvimento de valores e o sentimento de autoestima. Esse aspecto pode ser observado nas afirmações dos delegados que participaram das oficinas avaliativas e responderam aos questionários. De modo geral, enfatizaram a participação na conferência como uma experiência transformadora, reveladora de suas responsabilidades e potencialidades para promover a sustentabilidade ambiental em suas escolas e nas comunidades, baseados em valores democráticos e de respeito ao ambiente e às pessoas.

No entanto, foi comum a opinião de que o público infantojuvenil não dispõe do respaldo de políticas públicas e instrumentos que os apóiem na continuidade das ações de EA incentivadas pela CNIJMA, seja nas escolas ou em seu entorno. Essa descontinuidade da CNIJMA corresponde a limitações estruturais na gestão da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) por parte do Órgão Gestor, em vista da fragilidade das áreas responsáveis no Ministério da Educação – MEC e no Ministério do Meio Ambiente – MMA. Esse quadro repercute em todo o sistema nacional, replicando nas áreas de EA das secretarias estaduais e municipais de educação e de meio ambiente.



Grupo da Oficina Avaliativa do Distrito Federal (Foto: Sumaya Dounis)

As áreas de EA nas diversas instituições são vistas com recursos técnicos, financeiros e de pessoal insuficientes para desenvolver as ações sob sua responsabilidade, devendo-se buscar maior integração estrutural entre as políticas públicas de EA. Propõe-se, portanto, que as diversas ações e instrumentos da PNEA sejam mais fortalecidos e melhor articulados.

Assim, por ser avaliada como de grande relevância no contexto das políticas públicas de EA, proporcionando capilarização, integração e visibilidade sem precedentes a essa temática, a Conferência deve ser fortalecida, por meio do enfrentamento adequado dessas fragilidades. Deboni (2007) afirma que "ainda que houvesse iniciativas anteriores a 2003, o processo de mobilização e organização da I CNIJMA, foi uma espécie de 'divisor de águas'".

É conhecido casos de delegados e delegadas que se transformaram em gestores na área ambiental, que seguiram carreiras ligadas, vinculadas ao meio ambiente, que se transformaram em lideranças, ou que exercem a sua condição plena de cidadão ou cidadã.
José Vicente de Freitas – Ex-Coordenador da CGEA/MEC.

Conferência Repercute nas Instituições



Grupo da Oficina Avaliativa do Mato Grosso (Foto: S. Dounis)

A Conferência proporcionou maior visibilidade às áreas, equipes e ações de EA nas instituições envolvidas, assim como contribuiu para o fortalecimento e o surgimento de novas estruturas que servem de referência local para o objetivo nacional de **institucionalização da CNIJMA**. Os impactos institucionais identificados refletem contextos políticos e organizacionais específicos de cada estado.

Na oficina avaliativa de Mato Grosso, foi relatado que a partir do envolvimento na CNIJMA, o departamento de EA da Secretaria Estadual de Educação teve suas ações inseridas no Plano de Trabalho Anual – PTA da instituição e obteve maior reconhecimento. Foi mencionado também o fortalecimento das áreas de EA em algumas secretarias municipais de educação, como nos municípios de Tangará da Serra, Confresa e Lucas do Rio Verde.

Durante a fase preparatória para a 4ª CNIJMA no Estado do Espírito Santo, foram criados 11 Comitês Organizadores Regionais para apoiar a mobilização e organização das etapas

regionais e estadual. Os comitês eram formados por representantes das Secretarias Municipais de Educação, podendo agregar também representantes da sociedade civil.

Esses comitês prosseguiram após a 4ª Conferência, inclusive demandando a sua institucionalização, com Portaria pronta para ser publicada. Eles teriam como objetivo elaborar planos de ação junto às escolas municipais com o propósito também de formar e acompanhar as Com-Vidas.

Não houve criação de departamento ou equipe de EA na Secretaria de Estado de Educação no Estado de São Paulo, mas houve fortalecimento e valorização do papel dos professores coordenadores dos Núcleos Pedagógicos (Interlocutores de Educação Ambiental) e a inserção do Programa Escolas Sustentáveis no Plano de Ação da Coordenação Geral de Educação Básica - CGEB da SEE.

Entre os impactos institucionais no Rio de Janeiro, destacou-se a criação da Coordenação de Educação Ambiental na Secretaria de Estado de Educação, a previsão de recursos no PPA para esta coordenação e garantia de assentos nos colegiados de EA.

Durante a Oficina Livre do Maranhão, foi mencionado o fortalecimento da CIEA (Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental), da Coordenação de Educação Ambiental na Secretaria de Estado de Educação, da Política Estadual de EA, da Câmara Técnica de EA no Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, além do Órgão Gestor da Política Estadual de EA.

Em termos gerais, destaca-se a revitalização de núcleos de EA e de Agendas 21 em diversas unidades escolares do país. Verificou-se também uma repercussão da Conferência sobre outros processos participativos fora da área ambiental. Por ser um espaço de experimentação de metodologias, a CNIJMA disseminou novos procedimentos em outras conferências. Muitos profissionais que contribuíram em suas diversas edições tiveram na CNIJMA um espaço de experimentação seguro, que potencializou a sua prática e propiciou boas referências para que eles levassem a outros fóruns, alternativas de diálogo entre governo e sociedade civil, diferentes daqueles amplamente difundidos e considerados convencionais. Isso foi muito relevante para os processos políticos que aconteceram em conferências nacionais, entre as quais vale mencionar a 1ª Conferência Nacional de Cultura, para a qual organizadores da CNIJMA contribuíram em sua metodologia.

A Conferência Infantojuvenil foi um ambiente de inovação em abordagens de diálogo e participação cidadã. Muitas aprendizagens desse processo foram levadas por mim e outros profissionais para outras conferências. No meu caso, aprofundei as práticas de priorização colaborativa e interação entre temas na Conferência de Cultura.

Eduardo Rombauer, da equipe técnica da 1ª CNIJMA.

A Educação Ambiental Avança

A CNIJMA promoveu o fortalecimento da EA em diversas dimensões, como instância de aprendizagem para os seus próprios organizadores, como instrumento de fomento à formação de educadores ambientais, como processo que proporcionou maior visibilidade às áreas afins e, sobretudo, como espaço de formação e sensibilização de grandes contingentes de adolescentes, jovens e professores, entre outros. A seguir, alguns impactos que podem ser vistos como contribuição da Conferência junto a políticas estaduais de EA.

Tabela 1 - IMPACTOS DA CONFERÊNCIA EM POLÍTICAS ESTADUAIS DE EA

LOCALIDADE	ANO	IMPACTO OBSERVADO
Acre	2007	Elaboração da cartilha "Educação Ambiental na Escola"
	2014	Plano de trabalho com uso da cartilha em sala de aula
Alagoas	2013/14	Plano Estadual de Educação com encontros e seminários
Amapá	2005/06	Tratado para as Escolas Sustentáveis
Ceará	2013/14	Diretrizes Estaduais de EA - Escolas Sustentáveis
Distrito Federal		Portaria da Política de Educação Ambiental da SEDF – CIEA
Espírito Santo	2013/14	Inserção de ações educativas da 4ª CNIJMA no Plano de Ação Administrativa – Com-Vida e Escolas Sustentáveis
Maranhão	-	Reestruturação da CIEA, Diretrizes Curriculares, Plano de Ação da Câmara Técnica de EA/ Consema
Mato Grosso	2013/14	1º Encontro Estadual das Escolas Sustentáveis e Com-Vidas e texto orientador sobre Escolas Sustentáveis
Pará	2014	Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização (professores) e Seminário da Diversidade (gestores e professores)
Paraíba	-	Política Estadual de EA e CIEA com Coordenação de EA
Pernambuco	2011	Elaborou Caderno de Orientações Curriculares em EA
Piauí	2013/14	Lançou as Diretrizes Curriculares de EA
Rio de Janeiro	2014/15	Elaboração de novos projetos de EA como Letramento Ambiental
Rio Grande do Norte	2014	Proposta de Escolas Sustentáveis ao Governo e Assembléia Legislativa
Roraima	-	Fortalecimento das Com-Vida, agendas ambientais escolares/escolas indígenas, apoio ao CJ e ações de EA
São Paulo	2013/14	Diálogo e formação com professores sobre Escolas Sustentáveis e incentivo a políticas de EA nas regiões
Tocantins	2013/14	Reprodução do livro "Vamos Cuidar do Brasil com E. Sustentáveis", com reprogramação do PAR

Como instância de aprendizagem para os organizadores das conferências, os processos desencadeados proporcionaram aprendizados como o desenvolvimento de uma visão transdisciplinar e multidisciplinar em EA, integrada a conceitos como identidade, território e cultura. Além disso, propiciou aprendizados relacionados a formas de organização descentralizada, participativa e dialógica, de modo a promover a gestão compartilhada e a realização de processos de mobilização e de gestão democrática.

Servidores das Superintendências Regionais de Educação no Estado do Espírito Santo, ativos na CNIJMA, participaram de curso de "Especialização em Educação Ambiental, com ênfase em Escolas Sustentáveis e Com-Vida", promovido pela Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP. Nos demais estados onde foram realizadas oficinas avaliativas também foi mencionada a participação de servidores e professores nesses cursos de especialização.



Grupo da Oficina Avaliativa do Espírito Santo (Foto: S. Dounis)

Quanto à formação de educadores ambientais, a Conferência promoveu capacitações nas etapas preparatórias e após a conferência, conforme relatam educadores do Espírito Santo, ainda que não seja um procedimento adotado por todos os estados. Essas formações na temática

ambiental constituem pilar central de sua metodologia. Entre resultados do envolvimento de instituições parceiras, grupos e redes, destacam-se iniciativas coletivas de organização de processos formativos. Os recursos repassados aos estados e não executados durante a 4ª CNIJMA foram primordialmente direcionados a processos formativos no período pós-conferência.

Algumas ações demonstram a incorporação das metodologias da CNIJMA, como, por exemplo, o trabalho desenvolvido pela Gerencia Regional de Ensino de Joinville que, no período pós-conferência, envolveu os ex-delegados e alguns alunos das escolas municipais em oficinas para produzir um material audiovisual sobre a etapa de conferência municipal.

Observou-se nas avaliações o sentimento de que a Conferência vem ampliando e qualificando as discussões sobre a temática ambiental, promovendo reflexões e formações inspiradas em abordagens mais contemporâneas, inclusive com uma visão e abordagem planetária, interdependente e transversal, envolvendo temas relacionados a tratados e protocolos internacionais.



Momento de diálogo na oficina avaliativa de Santa Catarina (Foto: S. Dounis)

Outra repercussão, em termos de políticas públicas atribuídas à CNIJMA, foi o apoio das instituições que participavam da COE na elaboração dos Programas Estaduais de Educação Ambiental de Santa Catarina e do Ceará; a atualização da proposta curricular de Santa Catarina que estabeleceu a EA como princípio formativo, bem como a prioridade de tornar sustentável o espaço da escola; a criação e adesão ao Programa Nacional de Escolas Sustentáveis pelo Estado do Mato Grosso; e, o processo de implantação do Projeto de Educação Ambiental – PREA, no Mato Grosso.

A Conferência também teve impacto internacional no contexto da EA. Em maio de 2015, foi organizada, em Bruxelas, a 2ª Conferência Européia de Jovens para Cuidar do Planeta, decorrente da Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio ambiente (Confint), realizada em 2010. A primeira edição dessa conferência européia aconteceu em 2012, já inspirada nas diretrizes e na metodologia da CNIJMA realizada no Brasil.

As CNIJMA influenciaram muito as escolas para que a visão de educação ambiental se deslocasse de uma proposta propagandista e genérica para uma compreensão pragmática e atuante das pessoas. E também foi positivo para a educação ambiental alcançar essa concretude, porque muitas vezes as iniciativas de educação ambiental ficam restritas a questão de coleta de lixo, a uma denúncia sobre o outro, e não sobre sua própria responsabilidade. Então, acredito que a CNIJMA é muito inovadora em sua metodologia, é muito criativa.

André Lázaro – Ex-Secretário da SECADI/MEC

A Participação é Social

Os relatos de ex-delegados presentes na oficina avaliativa do Ceará ressaltaram, quanto à metodologia de diálogo da Conferência, expressões como "força jovem" e "os jovens são a voz do evento". Ou seja, a CNIJMA é vista efetivamente como um espaço de participação do público infantojuvenil porque propicia a este segmento um espaço revelador de suas potencialidades por meio da livre expressão de sua visão e opinião.

> ***Passei a agir como cidadão preocupado com o meio ambiente.***
> Luis Davi Ribeiro Doroteu, 16, Delegado na 4ª CNIJMA – Sobral/CE.

Entretanto, uma questão que mereceu destaque nos diálogos em grupo e nas apresentações em plenária foi a necessidade de atenção aos alunos a partir dos 14 anos. Isso porque o impedimento de participar da Conferência em razão da idade – fora do intervalo entre 11 e 14 anos - gera um sentimento de exclusão desse processo considerado muito significativo para a juventude, especialmente para aqueles que estiveram perto de alcançar a etapa nacional em anos anteriores e não conseguiram.

Há também outros jovens que não participaram anteriormente, e que gostariam de ter essa oportunidade, mas a idade já não permite. Os jovens que puderam estar presentes nas diversas fases da Conferência foram estimulados e criaram expectativas de continuar atuantes, mas ainda não possuem a idade de 16 anos, limite mínimo para integrar os Coletivos Jovens. Segundo relatos, sentem-se solitários para dar continuidade aos projetos elaborados e compromissos assumidos. Há ainda os participantes de Coletivos Jovens que não encontram condições para manter a sua atuação nas COE, visto que não integram instituições capazes de oferecer suporte a sua representação.

Este dilema da exclusão da CNIJMA é reiterado na manifestação de ex-delegados e suplentes, como gerador de frustração ao público infantojuvenil, ou, pelo menos, como fonte de dúvida deste público sobre a continuidade dos projetos de vida sonhados. Esse aspecto pauta a necessidade de se definir questões como:

1. *Qual o espaço de participação e escuta do público acima de 14 anos?*

2. *Como promover o apoio à continuidade dos projetos e aprendizagem dos jovens que alcançaram ou não a etapa nacional da CNIJMA, de forma equivalente?*

3. *Como fortalecer as etapas municipais e estaduais como momentos também significativos de aprendizagem e participação social da CNIJMA, atenuando o sentimento de perda por não chegar à etapa nacional?*

Algumas das sugestões dadas nas oficinas avaliativas que guardam relação com estas questões são: **criar formas de participação para os suplentes dos delegados e inserir o ensino médio no processo da CNIJMA**.

Outro aspecto mencionado diz respeito às ações afirmativas. Foi apresentada, nas oficinas avaliativas do Amapá, Mato Grosso e Santa Catarina, a necessidade de que esse processo de conferência ofereça melhor estrutura à inclusão indígena, o que demandará um suporte mais expressivo para a participação desse segmento. Nesse sentido, foi sugerido que se destine recursos específicos para realizar os encontros pré-conferência e pós-conferência nas escolas indígenas.

De acordo com o relato da coordenadora do Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Educação do Amapá, na etapa da 4ª CNIJMA na escola, não havia recursos para combustível e houve dificuldade de acesso às aldeias. Para fazer a conferência, houve parceria com a FUNAI que disponibilizou transporte e combustível, mas foi possível chegar apenas a duas aldeias[1]. Depois de elaborado o projeto e eleito o delegado, faltou recurso para conduzir esse representante à etapa nacional, devido à necessidade de mais um acompanhante da família, como é costume entre os povos indígenas. Essa é uma situação que merece um exame, uma vez que o regulamento da Conferência garantia a presença de acompanhante extra para delegado/as indígenas, inclusive com passagens asseguradas com recursos do PAR.

Com relação à participação, também é importante considerar alguns questionamentos acerca da metodologia da 4ª CNIJMA. Foi questionada a aposta feita em um trabalho mais lúdico, segundo a visão de Marccella Berte, ex-coordenadora do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, pelo Ministério do Meio Ambiente. A seu ver, essa abordagem não necessariamente estimula uma participação direta. Para a coordenadora, a vivência lúdica e coletiva é importante em certa medida, mas precisa estar sintonizada com o objetivo da conferência de mobilizar para a participação social efetiva.

1 As aldeias Santa Isabel e Manga, do povo Karipuna, localizam-se nas proximidades do Rio Curipi, na região do Oiapoque.

O maior diferencial da CNIJMA é a sua metodologia inspirada na pedagogia da cooperação, que de forma divertida contribui com o engajamento e com a formação política de seus participantes. Esse trabalho de avaliação demonstrou que seus resultados têm influenciado diretamente no fortalecimento das políticas públicas de educação ambiental e na inserção de novos atores na agenda.

Renata Rozendo Maranhão - Ex-Diretora do Departamento de Educação Ambiental do MMA

Em vista dos aspectos citados e com base nos resultados das oficinas avaliativas, pode-se afirmar que o processo da CNIJMA se constitui num espaço de participação e aprendizado significativo para o público infantojuvenil. Nesse espaço, conforme observado nos relatos, o protagonismo juvenil é reconhecido e incentivado, desafios são vivenciados e superados, conceitos e práticas para cuidar do ambiente são apreendidos, trocam-se experiências e conhecimentos e o público infantojuvenil desenvolve maturidade e responsabilidade. Por outro lado, evidenciou-se a necessidade de aprimorar aspectos como a inclusão indígena, além de definir processos metodológicos e estruturantes que ampliem a participação do público infantojuvenil, possivelmente promovendo envolvimento mais abrangente dos jovens e fortalecendo as etapas municipais e estaduais das CNIJMA.

Por se tratar de um processo essencial de diálogo, de consulta, de crítica, de avaliação e, portanto, de controle social sobre a política pública de educação e de meio ambiente, a institucionalização da CNIJMA é vista como uma necessidade premente, uma vez que se trata de uma janela que o Órgão Gestor da PNEA dispõe para se ajustar com as demandas do segmento jovem da sociedade, bem como de educadores e gestores locais dessa política.

A CNIJMA reflete, com êxito, um dos princípios fundantes da nossa Carta Magna de 1988, a ideia do controle e da participação social. Esta ação, não só envolve e chama à participação alunos, professores, dirigentes e funcionários, mas igualmente a comunidade que orbita em torno da escola. Envolvendo e participando, apresenta-se a oportunidade concreta de pensar a escola e a forma como ela pode ajudar a construir a cultura da sustentabilidade.

José Vicente de Freitas – Ex-Coordenador Geral de EA/MEC

CNIJMA Forma Jovem que Educa Jovem



Plenária da CONFINT no Teatro Nacional de Brasília (Foto: Arquivo MMA)

A CNIJMA constitui-se num espaço de reconhecimento da importância do protagonismo juvenil como transformador no campo da EA, e ainda, segundo relatos de ex-delegados, como fonte de aprendizado para a vida pessoal, de ganho de autoestima e de consciência da capacidade para realizar projetos significativos para a escola e a sociedade.

Entre as experiências e conquistas proporcionadas pela Conferência a delegado(as), foram citadas as seguintes: ser protagonista das ações, se expressar melhor em público, trocar experiências, agregar novas visões e conceitos, dialogar e trabalhar em grupo, desenvolver maturidade e responsabilidade, além do incentivo à preservação e conservação do ambiente, ao colocar em prática esses aprendizados.

Quando perguntados sobre o principal objetivo das CNIJMA, os entrevistados apontam essa conferência como um processo precipuamente pedagógico. Esse caráter educador também é evidenciado nas respostas aos questionários, das quais podem ser destacadas expressões

que denotam a incorporação de compromissos e responsabilidades a partir da vivência de processos formativos na Conferência.

Figura 1

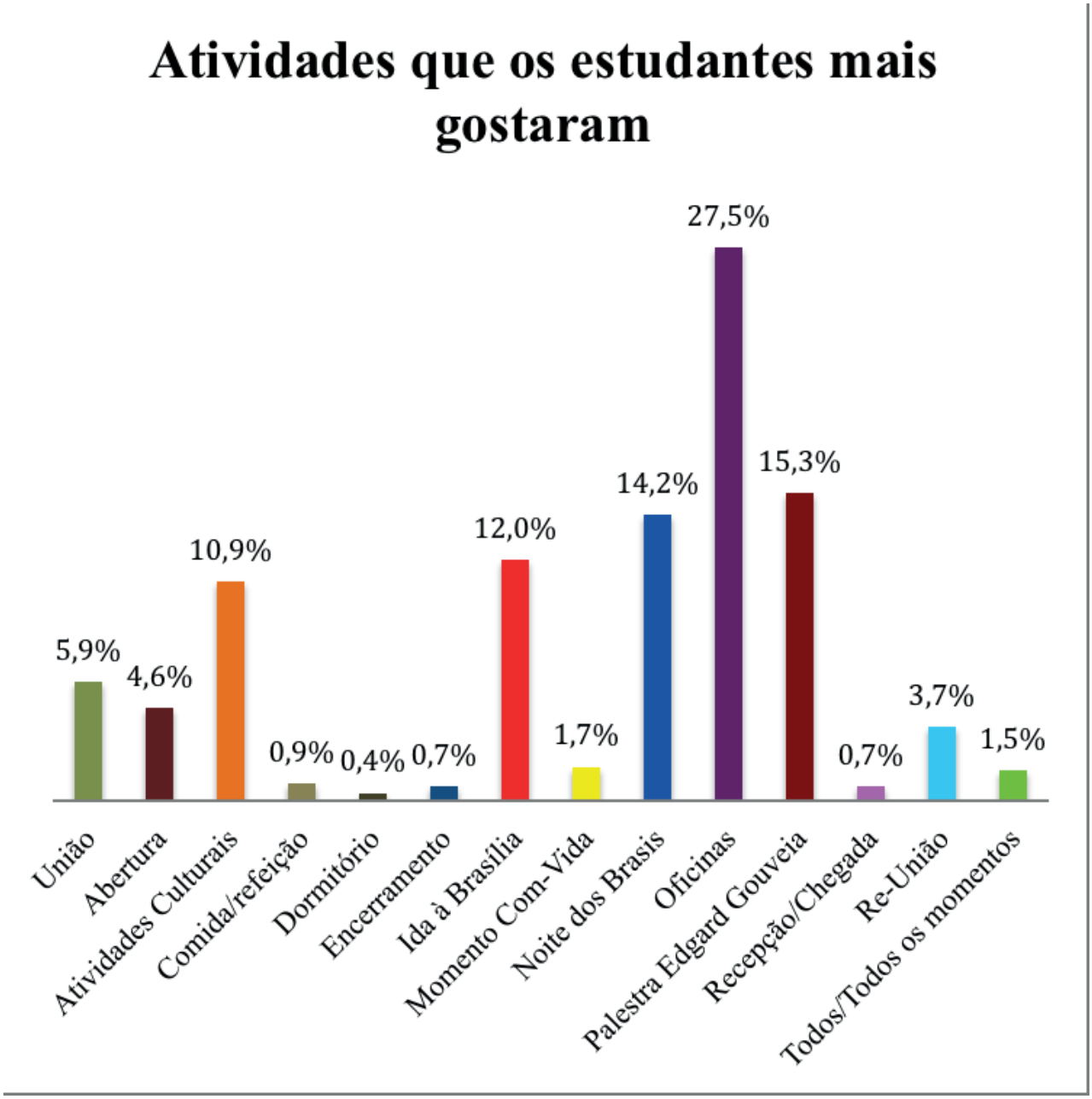


Gráfico da 4ª CNIJMA com destaques da Programação (Relatório Final. MEC, 2013)

Tendo se apropriado desses conhecimentos e experiências, um número expressivo de adolescentes e jovens torna-se multiplicadores de seus aprendizados, embora frequentemente sintam-se desamparados devido a ausência de instrumentos de acompanhamento e de apoio no período pós-conferência.

Outra consequência objetiva dos resultados produzidos pela experiência da CNIJMA é a opção de muitos jovens por seguir em áreas profissionais relacionadas à temática socioambiental ou a integrarem assuntos e vivências da Conferência em suas atividades profissionais.

Vale destacar também observação de dirigentes do DEA/MMA, segundo a qual durante a Conferência Rio+20 foi possível perceber que grande parte das atividades realizadas por jovens contavam com a liderança de pessoas egressas da CNIJMA, seja como delegados(as) ou como integrantes de Coletivos Jovens, facilitadores, entre outros. Isso é especialmente relevante quando considerado que, de acordo com a proposta do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI[2], "a participação da juventude no processo de mobilização para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 2012, foi fundamental para a articulação de uma agenda de juventude para sociedades sustentáveis, combinando políticas de promoção da autonomia e emancipação dos jovens e uma nova governança mundial pela sustentabilidade."

Por outro lado, a pesquisa avaliativa também identificou questionamentos quanto ao potencial formativo da CNIJMA. Segundo um dos entrevistados, há um prejuízo na proposta de eleição ou seleção de representantes para a etapa nacional. Por não ser selecionado um grande número de jovens, esta experiência de "exclusão" do processo pode ocasionar um impacto em termos de distanciamento da causa. Membros de COEs, durante as oficinas avaliativas, relataram a ocorrência de episódios de abatimento emocional dos alunos não selecionados. Muitas vezes também, em decorrência da metodologia de seleção de projetos, na visão deles, não se favorece uma eleição efetivamente justa.

Em vista dos aspectos citados, são apontadas pelos pesquisados algumas contradições da Conferência como processo formativo. Enquanto na etapa nacional são vivenciadas experiências colaborativas e cooperativas intensas e muito significativas, nas etapas anteriores ocorrem situações mais competitivas que ressaltam a exclusão. Na perspectiva de política pública, que deve buscar o atendimento universal, essas contradições podem ser ponderadas, gerando "vacinas" ao longo de todo o processo.

---

2 Atualmente, Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), instituído pela Portaria Interministerial nº 390[1], de 18 de novembro de 2015 (ver anexo do Caderno 2).

Participantes e gestores entendem, de outra forma, que faz parte do processo de conferência a eleição de representantes, e essa é uma dinâmica da natureza da própria democracia, portanto, com expressivo teor educativo, pedagógico. E, muitas vezes, é o impacto emocional que consubstancia esse aprendizado para o jovem.

Ampliar e fortalecer as etapas na escola, municipais, regionais e estaduais da CNIJMA, tentando reduzir o foco na etapa nacional, poderá favorecer um processo formativo mais abrangente e mais equalizado ao longo de todo o processo. Assim, o jovem poderia vivenciar as oficinas e ações de EA como oportunidade formativa em si, e não como uma ponte para a etapa nacional.

Uma observação destacada nas entrevistas com gestores foi a de que o maior legado deixado pela CNIJMA é o de demonstrar a governos, estado e sociedade que o público infantojuvenil tem o que dizer e o que aportar em qualquer política pública. Toda e qualquer gestão pública deveria considerar a oportunidade de ter um envolvimento do público infantojuvenil. É também uma forma de cada vez mais educar a sociedade para o espaço público, a ação coletiva, os processos participativos e a democracia. Um legado da CNIJMA é, portanto, tornar evidente que a democracia não exclui qualquer faixa etária, o que é pedagógico para os participantes da conferência, mas também para o gestor público e a sociedade como um todo.

> ***Participei da III CNIJMA como delegado até a etapa estadual, e posso assegurar que este processo me fez perceber novos caminhos, novas oportunidades. Não estar entre os jovens selecionados para a etapa nacional não me desanimou, ao contrário, despertou em mim a vontade de aprender, de buscar novos conhecimentos, e a partir deles, me tornar alguém melhor. Em 2010 participei do Parlamento Juvenil do Mercosul, e atribuo esta vitória ao aprendizado adquirido na III CNIJMA. Após o processo da conferência, ingressei no Coletivo Jovem de Meio Ambiente (CJ), e foi a partir deste coletivo que atuei como Jovem Facilitador da IV CNIJMA.***
> Rafael da Silva da Cunha, 21, Delegado da 3ª e facilitador na 4ª CNIJMA – Angicos/RN

Redes, Coletivos e Organizações se Movimentam

São recorrentes, em respostas a questionários, afirmações de que as ações em prol do meio ambiente dependem de atuação conjunta, explicitando a necessária incorporação de uma perspectiva participativa e democrática. De acordo com Soraia Mello, que participou na concepção e coordenação da primeira e segunda edição da Conferência, o maior legado deixado por esses 10 anos são as jovens lideranças comprometidas com a temática ambiental e o engajamento da juventude.

As principais instâncias que se formaram nesse histórico de engajamento promovido pela CNIJMA foram os Coletivos Jovens - CJ pelo Meio Ambiente e a Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA[3]. A formação e a atuação dessas instâncias constituíram-se como marco histórico para o surgimento do Programa Juventude e Meio Ambiente, criado com a finalidade de orientar e potencializar esforços de ordem executiva e financeira em prol de iniciativas do Governo Federal relacionadas a juventude e ao meio ambiente[4].

Os resultados da oficina de avaliação do Rio de Janeiro apontaram para o reconhecimento e o fortalecimento do movimento dos CJ, que dispõem de assento em colegiados de EA do estado. Também foi citada a criação do Conselho Estadual de Juventude no Estado do Rio de Janeiro, bem como a participação dos CJ como facilitadores na formação de Com-Vida em alguns de seus municípios.

No Estado do Amazonas, o Coletivo Jovem e a Secretaria de Estado da Educação firmaram parceria para realizar processos de EA na capital e no interior, com vistas a implantar CJ e fortalecer a pauta ambiental junto aos jovens nos municípios. Essa ação favoreceu a criação de grupos mais articulados e fortalecidos envolvendo os jovens no estado.

---

3 Três anos após a 4ª CNIJMA (2016), relato de líderes jovens indicavam desmobilização de alguns CJs e da Rejuma, por razões diversas, sendo algumas apontadas nesta avaliação.

4 Ver, no Anexo do Caderno 2, o histórico sobre o Programa Juventude e Meio Ambiente e o Plano Nacional, instituído por Portaria.

Na oficina avaliativa do Ceará, foi mencionada a formação dos Coletivos Jovens de Olho D'água, de Horizonte, e de Rio das Onças, em Jaguaribe. Relataram também a reativação da Rede Araripense de Educação Ambiental - RAREA, que funciona há mais de 30 anos, mas se encontrava quase inativa. Além disso, ex-delegados declararam que foram criadas comunidades virtuais em redes sociais, articulando atores envolvidos nos processos de conferência.



Trabalho em Grupo na Oficina Avaliativa do Ceará (Foto: S. Dounis)

Esses indicadores correspondem bem a princípios que regem as políticas públicas de juventude, conforme disposto no Artigo 2º do Estatuto da Juventude, segundo o qual se deve promover a autonomia e a emancipação dos jovens, bem como a "valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações".

Nesse sentido, a maioria dos ex-delegados participantes da avaliação confirma o envolvimento com instâncias participativas, entre as quais foram citados Coletivos Jovens, Com-Vidas, REJUMA, Grêmios Estudantis, o movimento Ações que Podem Mudar o Mundo – APMM, o Grupo de Trabalho de EA da Região Hidrográfica 08 de Santa Catarina, o Grupo de Estudos em Sistemas Agroflorestais da Universidade Federal do Paraná e a Comissão Interinstitucional Estadual de Educação Ambiental - CIEA, entre outros.

É, portanto, consensual a visão de que um dos resultados mais significativos da CNIJMA como política pública é o incentivo e a qualificação da participação política e social da juventude. Esse

resultado pode, portanto, ser considerado um valor social significativo incorporado à consecução dos objetivos das CNIJMA, com pleno respaldo nos artigos 4º e 5º do Estatuto da Juventude.

> **Art. 4º** *O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.*
> **Parágrafo único**. *Entende-se por participação juvenil:*
> *- a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;*
> *- o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;*
> *- a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e*
> *- a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.*
> **Art. 5º** *A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.*
> **Parágrafo único.** *É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.*
> (Estatuto da Juventude, artigos 4º e 5º)

Por outro lado, com respeito à articulação entre as conferências - CNIJMA E CNMA, observa-se que, enquanto a CNIJMA se configura como um processo de fortalecimento da participação social da juventude, sobretudo no caso de adolescentes apoiados e facilitados por jovens facilitadores, a Conferência Nacional de Meio Ambiente (adultos) pode oferecer mais aporte e incentivo para o engajamento do jovem como ator político estratégico, inclusive com vistas à continuidade, renovação e sucessão no âmbito deste instrumento de participação social. Dados da 4ª CNMA já têm demonstrado um envolvimento relevante de ex-delegados e ex-facilitadores jovens da CNIJMA.

Diante das manifestações desta avaliação, pode-se propor que a CNIJMA se afirme como instância de atuação dos jovens a provocar a CNMA, levando suas propostas à CNMA, incrementando um diálogo mais expressivo entre ambas.

Constante na Vida é Mudança



4ª CNIJMA (Foto: Arquivo MMA)

Diante da reconhecida função formativa, mobilizadora e de fortalecimento das organizações de jovens coloca-se em pauta o desafio da mudança. De fato, foi quase unânime entre os atores pesquisados a visão de que a CNIJMA proporcionou experiências transformadoras significativas, em especial aos que chegaram à etapa nacional. Relatos pessoais de ex-delegados são evidências contundentes neste sentido. Em questionários respondidos por delegados também são comuns afirmações de que a CNJIMA propiciou aprendizados no campo das relações humanas, gerando fortes laços de amizade e o sentimento "ombro a ombro", de não se estar solitário no propósito de promover mudanças no campo socioambiental.

As respostas à questão *"se você não tivesse participado da CNIJMA o que seria diferente em sua vida?"*, de modo geral, enfatizam que a experiência vivida na conferência propiciou mudanças de visão e de postura no mundo, bem como influenciou na adoção de hábitos e comportamentos pessoais coerentes com o cuidado ambiental e, ainda, estimulou o engajamento em propostas e iniciativas coletivas.

Os ex-delegados vêem como muito significativa a experiência de ser representante de uma escola e de uma comunidade, de viajar para outra cidade e de vivenciar processos onde eles têm voz ativa, podendo exercitar o seu potencial criativo, expressar opiniões e criar laços de amizade. A troca de experiência e conhecimentos, por si só, gera um sentimento de valorização, segundo relataram ex-delegados, que, em sua maioria sentiu, a posteriori, maior reconhecimento em suas comunidades, e em alguns casos, abertura de espaços para pautar a questão ambiental.

Os representantes de ações afirmativas compartilharam seus desafios e experiências e sentiram suas identidades empoderadas. Essa qualidade de experiência proporcionada pela CNIJMA atende ao Artigo 58 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que institui que "no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura."

Em resumo, quanto à experiência de mudança de vida, foi observado tanto influências da CNIJMA para a integração dos jovens em ações e movimentos coletivos, quanto a absorção de novos conceitos e comportamentos, bem como novas relações sociais. Em muitos casos, a mudança de vida passou pela redefinição de trajetórias profissionais mais orientadas pela agenda social, política e ambiental.

"Esses jovens tiveram uma aula de democracia, de participação, de acesso a conteúdos diferenciados que na realidade da escola não aconteceria. Então, chegar na CNIJMA e ter contato com oficineiros que tem reflexões de ponta em diversas áreas, para esses jovens é extremamente positivo. Então, isso olhando para os jovens que vieram. Mas o que significa esse quantitativo em termos de país? Mesmo que esses jovens multipliquem, é preciso se perguntar quanto eles multiplicam e o que significa isso como política pública de educação ambiental." Marcos Sorrentino, Diretor do DEA

A Educação Ambiental na Escola

Participantes do processo de avaliação expressaram situações diferenciadas em relação à contribuição da CNIJMA no contexto da EA nas escolas. Das respostas válidas para as questões "a partir da CNIJMA houve alguma mudança na escola? E na comunidade escolar?", 86,5% afirmaram positivamente e apenas 13,5% não viram mudança. Entre os que acompanharam mudanças na escola, foram citadas repercussões como a criação ou existência de Com-Vidas, com envolvimento da comunidade local, organização participativa de eventos em torno da temática ambiental e realização de projetos nas escolas. Enquanto alguns disseram que o projeto elaborado nas escolas não tem sido executado, outros confirmaram que a elaboração de projetos propiciou melhorias no espaço escolar e maior interesse da comunidade pela temática ambiental.



3ª CNIJMA (Foto: Arquivo MMA)

Então, o desafio é as equipes nos estados conseguirem executar os recursos e mobilizarem as escolas, e efetivamente proporcionar os momentos de encontro necessários, porque se a conferência não acontece na escola, ela não acontece em lugar nenhum.

Jane Fontana – Equipe técnica da 4ª CNIJMA pela CGEA/MEC

Professores presentes à 4ª CNIJMA reconheceram ter aprendido a orientar, ouvir e acompanhar melhor os alunos, sem intervir em suas ideias e ações, além de ter melhorado o seu conhecimento sobre a temática ambiental. Observaram ainda maior engajamento dos docentes e da direção escolar, enfatizando a relevância da participação da escola nesses acontecimentos. Alguns relatos apontam que houve diretores de escolas que não se envolveram nas atividades da CNIJMA, uma vez que a adesão era voluntária.

De maneira geral, todavia, é reconhecido o grande potencial mobilizador da conferência na rede de ensino em todo o país. Diante do expressivo número de escolas participantes, o desafio tem sido o mapeamento detalhado dos impactos locais, bem como da qualidade das reflexões e ações no âmbito da EA. Ainda não foi possível, por exemplo, identificar nos estados levantamentos quantitativos e de condições de atuação das Com-Vida.

> ***É inevitável num país com as dimensões do Brasil a adoção de um processo de representação. Mas o que eu acho interessante na proposta da conferência é que a definição da representação se fazia a partir da atuação das pessoas nas escolas. Não se deixava a atuação para o nível seguinte. O processo não se dava por uma delegação de responsabilidades, mas pela assunção de responsabilidades. Então, a sucessão de etapas tinha o mérito de comprometer as pessoas num espaço de atuação concreto que é a escola. Nas outras conferências o empenho é na construção de um texto e na CNIJMA o empenho é em construir uma ação.***
>
> André Lázaro – Ex-Secretário da SECADI/MEC

Outro indicador importante da inserção das ações de EA nas escolas é a elaboração de Projeto Político Pedagógico - PPP naquelas que participaram da CNIJMA. Esse aspecto foi especialmente ressaltado por integrantes das oficinas avaliativas do Distrito Federal, Mato Grosso, Espírito Santo e Santa Catarina. O desafio também em relação aos PPP, será realizar um mapeamento quantitativo e de localização de escolas onde foram formulados e implantados.

A iniciativa de mobilização para a criação do Programa Nacional Escolas Sustentáveis, durante a 4ª CNIJMA, foi mencionada como um resultado significativo da Conferência, com adesão de um grande número de unidades escolares. Além disso, a CNIJMA provocou um processo de revitalização da Agenda 21 em algumas escolas.

O **Programa Nacional Escolas Sustentáveis** *(PNES) tem como propósito inserir a EA de forma permanente nas práticas pedagógicas das escolas de educação básica, tal como preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA). Reconhecendo o papel transformador e emancipatório da EA, o objetivo do PNES é incentivar as escolas brasileiras a realizarem a sua transição para a sustentabilidade socioambiental, convertendo se em espaços educadores sustentáveis.*

A **Agenda 21** *é um instrumento para a Com-vida planejar suas atividades, fazer projetos coletivos que possam realmente transformar a realidade, aumentar seu diálogo com a comunidade de seu município, e se ligar em uma proposta de Agenda global.*

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. Capítulo 2 das DCN-EA.

Professores presentes na oficina avaliativa do Amapá informaram que as escolas participantes da CNIJMA, na atualidade, estão cuidando mais da economia de recursos, como evitar desperdícios com transbordamento de caixa d'água, com o uso de lâmpadas e ar condicionado, com a reutilização de água de chuva, com a reciclagem de papel e latas e com os resíduos na escola. Na Escola Estadual Barão do Rio Branco, por exemplo, os alunos estão em campanha permanente por economia de água, uso de descartáveis e coleta de sementes.

Os projetos de meio ambiente de jovens nas escolas contribuíram para o fortalecimento da categoria Ciências Ambientais nas feiras regionais e estadual de Ciências e Cultura. No Ceará, depois da 4ª CNIJMA, foram realizadas mostras regionais e estadual de Educação Ambiental, com incentivo a projetos com a temática Terra, Fogo, Ar e Água.



Trabalho em grupo na Oficina Avaliativa do Ceará (Foto: S. Dounis)

Por outro lado, segundo alguns participantes da avaliação, o impacto da CNIJMA nas escolas ainda enfrenta uma compreensão de EA como atividade em sala de aula fechada, e com métodos padronizados por livros didáticos. Um dos desafios, portanto, será romper com essa estrutura estabelecida na escola.

Observa-se também nas escolas, segundo ponto de vista de alguns participantes da pesquisa, a prevalência de processos focados em questões como reciclagem de lixo, instalação de hortas, reuso da água e economia de energia, que tem a sua importância, mas não necessariamente atendem ao que se espera na CNIJMA, gerando reflexões e ações coletivas, com visão mais crítica e em perspectiva global, muito além de iniciativas pontuais.

Assim, a avaliação apresenta diferentes olhares, com dúvidas quanto à contribuição da CNIJMA para o que permanece ou não na escola. "É recorrente a opinião do público pesquisado quanto à necessidade de mapeamento dos processos que permanecem nas escolas." (DOUNIS, 2015)

Foi mencionada também uma relativa desmobilização entre edições das conferências, quando se perde parte substancial dos esforços para mobilizar e gerar ações de EA nas escolas. Membros das COE afirmaram que o processo da CNIJMA tem sido descontínuo e que, em consequência disso, a cada nova edição, o trabalho de mobilização é praticamente retomado desde o inicio.

"Outro aspecto reincidente foi a visão de que é necessário rever a definição de faixa etária para participar das conferências. Segundo alguns participantes das oficinas avaliativas, há escolas em que os projetos com faixa etária definida se tornam obstáculos, porque os alunos são demandados a desenvolver um trabalho significativo, sem que seja envolvida toda a escola." (DOUNIS, 2015). É evidente que cada escola também pode encontrar a sua forma de lidar com esse tipo de complexidade.

Finalmente, a despeito dessas observações, pode-se afirmar que é dominante a visão entre os participantes dessa avaliação de que a CNIJMA contribui para a EA nas escolas. O desafio será fazer com que sua metodologia continue sendo aprimorada como processo participativo, abarcando ações contínuas de acompanhamento e monitoramento dos processos educativos incentivados, especialmente as Com-Vida e os projetos elaborados na etapa de conferência na escola.

> ***A CNIJMA é uma forma muito produtiva de o governo conseguir se comunicar com a sociedade. É uma forma de se comunicar com as escolas e de modo participativo. Não consigo ver uma forma mais inteligente de se comunicar com as escolas. Mas não se pode ficar só no evento de conferência, é preciso trabalhar com Com-Vidas, com árvore dos sonhos e todo o tipo de outras tecnologias de educação e outras formas de aprendizagem.***
>
> Rachel Trajber – Ex-Coordenadora da CGEA/MEC

Revisitando a Estrutura da CNIJMA

Gestão financeira e técnica

O aspecto financeiro e técnico da Conferência é um dos que mais geram fragilidade na CNIJMA. Por um lado, em decorrência da ausência de previsão orçamentária de recursos especificamente destinados a sua realização, por outro, devido ao reduzido número de pessoal efetivo no corpo técnico do MEC e do MMA, à frente de sua organização e monitoramento.

Em sua maioria, os participantes da pesquisa mencionaram como desafio a execução de ações da conferência em situação de escassez ou ausência de recursos, seja pela demora no acesso aos recursos descentralizados aos estados, seja pela dificuldade de sua execução. Enfim, em todas as etapas da conferência a questão financeira está presente muitas vezes como obstáculo.

As secretarias de estado da educação mencionaram que muitas escolas deixam de aderir à CNIJMA, em vista da falta de perspectiva de repasse de recursos para realizarem as ações propostas. Mais recentemente, com o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Escolas Sustentáveis houve um estímulo ao envolvimento das escolas, até porque uma condicionante para receber recursos deste programa era justamente ter realizado a conferência na escola. Expressaram, todavia, que ainda não existia uma compreensão disseminada sobre todos os critérios e formas de acesso. Embora os critérios tenham sido publicados no site do FNDE.

A ausência de recursos também é vista como um impedimento para promover a continuidade e aprofundamento das ações de EA durante a CNIJMA. Um exemplo é a disposição dos CJ para o trabalho continuado junto às Com-Vida, que não se viabiliza diante da falta de apoio financeiro.

Essa problemática financeira e de equipe técnica, na visão dos atores pesquisados, reflete a falta de estruturação e a desvalorização das áreas de EA nas instituições. A percepção é de que essa precarização ocorre em órgãos da esfera federal, com repercussão nas instituições em nível estadual, inclusive com corpo técnico insuficiente para ações de EA.

A institucionalização da CNIJMA, como política pública de estado, é novamente apontada como necessidade precípua para gerar mudanças positivas na gestão financeira e técnica. Isso poderia equacionar a previsão de recursos especificamente destinados a sua realização, bem como o destacamento de servidores efetivos dos órgãos que integram o Órgão Gestor da PNEA, para compor equipes permanentes de organização, monitoramento e avaliação dos processos de conferência.

A assiduidade da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA) precisa ser garantida para não se perder a rede que já está estabelecida". ***(SOOMA, 2014).***

Logística

A logística aprimorou-se significativamente entre a primeira e a quarta edição da CNIJMA. O modelo de imersão, com hospedagem, alimentação e realização das atividades das conferências em um mesmo local, é visto como ideal, considerando a especificidade do público das conferências.

O problema central relacionado à logística que persistiu, entretanto, nos processos da CNIJMA, é o atraso e a forma de entrega dos materiais didáticos. Esse também foi um dos maiores desafios na organização da conferência, tendo em vista que este material didático é considerado como um de seus pilares, no contexto da mobilização da comunidade escolar. Em vista disso, compreende-se que os materiais precisam estar à disposição das escolas com a maior antecedência possível. Também foi recomendado que esses materiais sejam encaminhados às secretarias de educação, para que se proceda à distribuição nas escolas. Esse procedimento permitirá maior controle sobre a sua recepção nas unidades escolares.

Participantes da avaliação enfatizaram também a importância de que delegados e professores sejam hospedados no mesmo local, considerando que os professores se vêem como responsáveis pelos alunos que acompanham, inclusive perante as suas famílias.

Além desses aspectos citados, um dos fatores que afetam diretamente a logística é o tempo para organização das conferências. A recomendação é que as conferências sejam organizadas com um ano e meio a dois de antecedência, e que seja definido e divulgado um cronograma a ser seguido. Assim, a Conferência avança com melhor planejamento e realização, inclusive no que se refere à gestão financeira.

Articulação institucional

Quanto à influência das condições institucionais na consecução da CNIJMA, merece destaque o fator *mobilização* que envolve também instituições de áreas diversas, em prol do diálogo e da atuação no campo ambiental. O retorno da pesquisa indica a importância da integração e articulação de instituições envolvidas.

Esse aspecto foi enfatizado na oficina avaliativa do Mato Grosso, referindo-se ao envolvimento de instituições que a princípio não identificam a interface de sua missão com as questões ambientais. Entretanto, sendo um grande diferencial da CNIJMA a inter e a transdisciplinaridade, será oportuno sensibilizar as instituições quanto a relação de todas as atividades e áreas de conhecimento com as temáticas da Conferência. As COE atestam que a execução das atividades não foi efetivamente assumida pela maioria das instituições, se restringindo ao papel de apoiar em momentos pontuais.

Em vista disso, é necessário criar estratégias para ampliar a representatividade e a participação efetiva de instituições na COE, uma vez que tem sido comum o esvaziamento, tornando a COE, muitas vezes, um órgão personificado e sustentado pela militância de poucos membros.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa diz respeito à qualidade da articulação entre os membros da COE. Não existe uma regularidade no que concerne à relação entre o Coletivo Jovem e as secretarias estaduais de educação, sendo em alguns estados uma relação sinérgica e em outros, controversa. Um aspecto comum à maioria dos estados é a dificuldade de promoção de uma parceria "reconhecidamente democrática com os CJ", segundo alguns depoimentos. Diante da necessidade percebida de fortalecimento desses coletivos, foi recomendada nas oficinas a criação de mecanismos de apoio financeiro aos CJ, como condição estruturante para a ação desse segmento na continuidade do processo de conferência.

Quanto ao apoio institucional, conforme já mencionado, há um entendimento generalizado de que as áreas e iniciativas de EA necessitam de maior reconhecimento e apoio. Assim, é freqüente a colaboração de universidades com recursos materiais, cessão de espaço físico e pagamento de palestrantes, mas que raramente se estende à competência própria do meio acadêmico, por exemplo, na qualificação dos processos formativos.

Comunicação

Os processos de comunicação da CNIJMA são bem avaliados. A avaliação, no entanto, reporta a alguns procedimentos centrais que devem ser melhorados. O principal deles é a necessidade de organização e disponibilização ao público de informações gerais e do histórico da CNIJMA, em forma midiática, capaz de espelhar com fidelidade os diversos processos de conferência.

Devem ser também aprimorados, durante o período de organização, as iniciativas de orientação, tornando mais claras e acessíveis as informações a todos os atores, instituições, grupos e redes envolvidas, inclusive docentes, gestores escolares e estudantes. Foi recomendada a criação

de mecanismos de comunicação direta entre a Comissão Organizadora Nacional e as escolas, bem como o estabelecimento de meios eficientes de comunicação entre as secretarias estaduais de educação e as secretarias municipais.

Entre outras propostas, houve uma demanda por espaços virtuais para articulação e troca de informações e conhecimentos entre os participantes, que poderia ser atendida pela criação de uma plataforma virtual que agregue conteúdos, projetos, ações, informações e ferramentas de interação.

Esse tipo de espaço virtual é indicado não apenas para a comunicação, mas também para formação e mobilização, associado a mecanismos de comunicação por meio de redes sociais. Enfim, o que se propõe é uma reflexão sobre como os processos de comunicação podem ser potencializados por ferramentas tecnológicas disponíveis, em favor da participação democrática.

> ***É importante acontecer uma avaliação nos territórios sobre o que acontece nas escolas. É preciso ter pessoas que vão às escolas e vêem as coisas acontecendo lá, até para poder melhorar a forma de comunicação com as escolas.***
> Rachel Trajber, ex-Coordenadora da CNIJMA e da CGEA/MEC

Mobilização Social

A mobilização social, segundo a avaliação, também possui grandes desafios. Ainda que bem avaliada, coerente e apropriada aos seus objetivos, a mobilização é vista, pela maioria das pessoas nesta pesquisa, com o desafio de manter mobilizados os atores do processo: estudantes, diretores, professores, comunidade escolar e parceiros. Seria necessário, portanto, mais recursos para realizar atividades e produzir materiais de comunicação.

Em diálogos nas oficinas e nas avaliações livres, comentou-se que em alguns estados houve um esvaziamento da COE. Segundo a Oficina Avaliativa do Espírito Santo, isso aconteceu após a 4ª CNIJMA. De fato, a etapa inicial desta pesquisa constatou essa desmobilização em pelo menos 10 estados. Grande parte dos coordenadores de secretarias de educação alegou que a COE estava inativa, sendo difícil organizar essa oficina. Posteriormente, onde ocorreu oficina de avaliação, foi identificada sobrecarga de atividades relacionadas à CNIJMA nessas secretarias. Diante disso, é recomendável reavaliar e repensar como o processo de mobilização pode enfrentar esse dilema,

possivelmente com o Órgão Gestor atuando de forma mais eficiente. Recomendou-se, por exemplo, que o Governo Federal seja mais proativo na articulação para envolvimento das representações da UNDIME.

Está relacionada a este desafio, a necessidade de organização da conferência com antecedência, devido aos atrasos comuns na entrega dos materiais didáticos e na liberação dos recursos financeiros. Em alguns casos, as secretarias de educação sequer conseguiram acessar os recursos disponibilizados, a tempo de preparar as etapas regionais e estaduais de conferência.

> ***A CNIJMA pode ser uma excelente forma de mobilizar a comunidade escolar para que as diretrizes curriculares em termos de educação ambiental aconteçam de fato no território da escola.***
> Jane Fontana – Equipe técnica da 4ª CNIJMA pela CGEA/MEC

Metodologia

De maneira geral, as metodologias adotadas na CNIJMA foram muito bem avaliadas nesta pesquisa, especialmente quanto a seu aspecto formativo, por exemplo, tendo em conta os diversos encontros formativos prévios a cada edição ou as várias dinâmicas participativas que tem despertado uma "força jovem", conforme expressão da Oficina do Ceará.

Entre as proposições feitas durante a pesquisa para as futuras edições, foi citada com frequência a manutenção da metodologia atual, sobretudo quanto a sua organização por etapas: escolar, municipal, regional, estadual e nacional. Com respeito à etapa nacional, a principal demanda é de que seja reduzida a intensidade da programação, prevendo-se mais espaços para a convivência livre.

A elaboração de projetos nas escolas e o envolvimento dos professores até a etapa nacional da 4ª CNIJMA foram considerados procedimentos de grande avanço, por favorecer reflexões mais qualificadas sobre a realidade da escola e seu entorno, contribuindo para melhor apropriação dos temas da conferência. A elaboração de projetos também colaborou com a concepção de propostas mais claras para inserção no Projeto Político Pedagógico – PPP das escolas. O envolvimento do professor até a etapa nacional gerou maior segurança nos delegados e favoreceu a continuidade das ações na escola.

A lógica de projetos proposta na 4ª CNIJMA está ligada a uma linha de educação mais construtivista, com as crianças construindo seus próprios projetos e seus planos de ação, se responsabilizando por eles e sendo agentes transformadores de sua realidade local. As oficinas de educomunicação têm o objetivo de instrumentalizá-los. Todo o processo, então, faz parte de uma linha filosófica de educação ambiental. Toda metodologia foi pensada para que o processo fosse o mais horizontal possível e que os jovens pudessem aprender fazendo e sendo apoiados e facilitados por outros jovens.
Neusa Helena Barbosa – Coordenação da 4ª CNIJMA pela equipe DEA/MMAMC

As atividades de *educomunicação*, presentes desde a primeira edição, não foram alvo de muitas observações apenas porque há um consenso sobre o acerto e a pertinência dessa estratégia de incentivo para que os jovens reportem em meios diversos – *fanzines*, vídeos, rádio, jornais, murais, cartazes, publicidade etc. – o seu olhar sobre a escola e a sociedade, bem como a sua vontade e disposição em favor de mudanças. Prova disso é que essa ação comunicativa e educadora se fortaleceu e se aprimorou a cada Conferência realizada.

A CNIJMA é pioneira em trabalhar com educomunicação e seria interessante até incorporar esse conceito em outras ações do governo. Mas é preciso investir um pouco mais em participação em rede, combinando a participação presencial dos delegados com a participação em rede, por plataforma virtual.
Pedro Ivo Batista, ex-Coordenador da CNMA/MMA.

O processo de eleição dos delegados mereceu atenção na avaliação quando a orientação é repensar e aprimorar. A metodologia de seleção de delegados é vista, de forma recorrente, como um processo que gera competitividade e favorece atitudes de conchavo e formação de grupos para eleição de projetos. Um exemplo é a escola que leva mais estudantes para a etapa estadual, tendo, por isso, mais chances de que um de seus projetos seja escolhido para a etapa nacional.

Segundo as COE, nem sempre são eleitos os melhores projetos. Por isso, consideram necessário repensar os critérios e os mecanismos de seleção de projetos a fim de reduzir a competitividade e evitar combinações ou favorecimentos nas votações dos projetos. Recomenda-se

também observar eventuais dificuldades na desenvoltura dos proponentes, como por exemplo, a expressão (língua) de estudantes indígenas na apresentação de projetos para a votação.

Foi proposto também que se revejam as formas de inserção do Ensino Fundamental I e do Ensino Médio na Conferência. Poderia ser procedido de forma integrada a uma reestruturação da metodologia de forma que as etapas escolar, municipal, regional e estadual sejam mais valorizadas e qualificadas ao longo do processo, inclusive pelo potencial que esses momentos tem para envolver mais alunos e atenuar o caráter competitivo, diminuindo o foco e interesse na etapa nacional.

A esse respeito, a COE do Estado do Espírito Santo relatou que há situações em que muitas escolas encontram dificuldades em promover a sua conferência devido à limitação imposta em relação à faixa etária. Os alunos de fora da faixa etária sentem-se excluídos e, portanto, desmotivados.

Quanto ao ensino médio, segundo a visão de alguns participantes da avaliação, é necessária alguma iniciativa com foco nas escolas desse período, de modo que os adolescentes que participam da conferência e passam ao ensino médio possam encontrar estímulos para manter sua atenção e interesse em ações de EA. Essa observação inspirou-se na experiência real de uma ex-delegada que estava no ensino médio e não encontrava apoio para ações educativas nesta área temática. Nesse sentido, foi proposto na oficina avaliativa de Santa Catarina que se integre o ensino médio à Conferência, por meio do incentivo à formação de CJ nas escolas de nível médio.

Ainda referente à metodologia, foi proposta também a ampliação da cota de delegados representantes das ações afirmativas, considerando proporcionalidades e características locais. O Estado com maior número de populações indígenas deve dispor de uma cota maior para representantes desse segmento. Um delegado de uma etnia não é reconhecido como representante das demais etnias da mesma localidade. Como havia uma cota máxima definida de um indígena por estado, houve frustrações, devido ao fato de a CNIJMA não possibilitar a participação de todas as comunidades indígenas. De forma semelhante, foi sugerido o aumento da cota para a representação de quilombolas e assentados.

Processos continuados

Essa categoria de análise surgiu durante o processo de avaliação, abordando as contribuições relativas à visão de que a Conferência deve ser um processo permanente desenvolvido como ciclo contínuo. Isso envolve desde o planejamento, a execução – incluindo acompanhamento e aprofundamento das ações – o monitoramento e a avaliação. Uma medida referencial nesse contexto será definir a periodicidade da CNIJMA, visto que a expectativa incerta de sua realização afeta o planejamento e a organização das etapas.

Na visão de alguns avaliadores, a realização da Conferência, de forma ainda muito pontual, provoca uma perda significativa nos esforços de mobilização e instalação de ações de EA, embora essas ações não devam depender da realização da CNIJMA. A instituição da Com-Vida, da forma como tem se dado, predominantemente, coloca mais foco nos processos de conferência do que na escola, uma vez que todo o incentivo ocorre na fase preparatória da CNIJMA. O período pós-conferência não dispõe do mesmo acompanhamento ou apoio. Isso tem contribuído para a inatividade ou dissolução de um grande número de Com-Vidas, logo após a etapa nacional da Conferência, segundo afirmaram participantes da avaliação.

A partir das avaliações feitas, pode-se inferir que as ações de EA, incentivadas durante a CNIJMA, encontram dificuldades de continuidade e permanência nas escolas, em parte devido à rotatividade de pessoas nas instituições partícipes e à flutuação na motivação e envolvimento dos diversos atores, e, em parte, pela falta de orientação sobre como manter o apoio aos adolescentes que foram formados como delegado ou como integrantes de CJ.

Reconhece-se que a CNIJMA contribui significativamente para o fortalecimento e visibilidade da EA, devendo ser mantida e reconhecida como política pública de estado. Da mesma forma, as Com-Vidas devem prosseguir sendo fomentadas e fortalecidas. Ainda assim, é recorrente entre as pessoas entrevistadas a visão de que o objetivo de levar a pauta ambiental à comunidade escolar e local na solução de problemas relacionados tem se limitado à realização de

atividades pontuais.

Conforme evidenciam os resultados desta pesquisa, é necessária a consolidação de processos continuados de EA, o que pode ser feito pela coordenação das ações da CNIJMA com outras políticas públicas de EA, de maneira orgânica, permanente, de modo que uma possa retroalimentar e fortalecer a outra.

> ***Na CNIJMA eu vi mais de 600 olhinhos brilhando por imaginar um futuro melhor, vi mais de 600 cabecinhas trabalhando em uma sintonia impar, todas querendo a mesma coisa, todos querendo muito mais que um Brasil com escolas sustentáveis.***
> Júlia Tomaz Chaves, 15 anos, aluna do Centro Educacional Maria de Nazaré de Porto Velho/RO

O quadro a seguir resume as informações obtidas pela consultora Sumaya Dounis (2014), em contato com as Secretarias de Educação dos estados, para este processo de avaliação das Conferências. O que se observa é que 20 estados se encontravam, pelo menos, dispostos a realizar atividade de avaliação ou de continuidade dos processos da Conferência. Desse total, metade dos estados realizou alguma forma de avaliação ou ação de continuidade até outubro de 2014. Outros 10 estados previam a realização de avaliações, mesmo que enfrentando alguma desmobilização de seus grupos de referência da CNIJMA. Sobre Sergipe e Pará não se obteve informação e outros 5 estados não previram avaliação e continuidade de atividades após a 4ª CNIJMA.

Tabela 2 - As condições de avaliação e continuidade da CNIJMA nos Estados (2014)[5]

ESTADO	GRUPOS MENCIONADOS	SITUAÇÃO
Acre	COE e CIEA	**Ambas inativas**
Alagoas	COE	**Prevista avaliação da 4ª CNIJMA e projetos locais resultantes**
Amazonas	COE, CIEA, CJ, SEDUC, SEMED	**Ativas e prontas para avaliação**
Amapá	SEDUC	**Realizados encontro pós conferência (2 dias) em abril/2014 e Oficina de Avaliação**
Bahia	SEDUC, CJ	**Publicação pós CNIJMA aguarda recursos da SEDUC**
Ceará	COE	**Realizada avaliação 4ª CNIJMA durante evento (3 dias)**
Distrito Federal	SEDUC	**Realizados encontro pós CNIJMA e Oficina de Avaliação.**
Espírito Santo	COE	**COE ativa e Oficina de Avaliação realizada**
Goiás	SEDUC	**Projeto de Encontros pós CNIJMA e possível uso dos recursos restantes**
Maranhão	COE, CIEA, Câmara Técnica de M. Ambiente, SEDUC	**COE e CIEA desarticulados. Câmara Técnica esperava realizar Avaliação Livre**
Minas Gerais	SEDUC	**Não fariam avaliação.**
Mato Grosso do Sul	COE, CIEA, SEDUC	**COE e CIEA ativas e possibilidade de Avaliação Livre**
Mato Grosso	SEDUC, Rede da CNIJMA	**Relatório e 3 reuniões de avaliação da 4ª CNIJMA, reuniões da Rede CNIJMA, II Encontro de Escolas Sustentáveis e Com-Vidas.**
Pará	-	**Sem contato ou informação**
Paraíba	SEDUC	**COE desfeita e sem previsão de avaliação.**
Pernambuco	SEDUC, COE	**COE inativa e possível Avaliação Livre**
Piauí	SEDUC, COE	**Tentativa frustrada de atividade pós CNIJMA, COE inativa e possível Avaliação Livre**
Paraná	SEDUC	**COE inativa, sem previsão de avaliação.**
Rio de Janeiro	SEDUC, COE	**COE mobilizada e interesse por Oficina de Avaliação**
Rio Grande do Norte	SEDUC	**Realização possível de Avaliação Livre**
Rondônia	SEDUC	**Sem atividade pós CNIJMA e interesse por Avaliação Livre**
Roraima	SEDUC, Coletivo Jovem	**Sem atividade pós CNIJMA, possível Avaliação Livre com CJ**
Rio Grande do Sul	SEDUC	**Sem atividade pós CNIJMA, possível Avaliação Livre**
Santa Catarina	SEDUC, COE	**COE ativa, realizados Encontro pós CNIJMA e Oficina Avaliativa**
São Paulo	SEDUC	**COE inativa, avaliação das CNIJMA pela sociedade civil, SEDUC tem Programa Escolas Sustentáveis, encontros sobre projetos da CNIJMA, possível Avaliação Livre.**
Sergipe	-	**Sem contato ou informação**
Tocantins	SEDUC	**COE inativa e possível Avaliação Livre**

Fonte: Consultora Sumaya Dounis

Verde: Realizaram avaliação ou alguma continuidade.
Azul: Previam realizar avaliação
Vermelho: Não previam avaliação ou continuidade.

5 As informações foram obtidas pela consultora junto a coordenadores da COE (Secretarias de Educação dos Estados-SEDUC, CIEA, CJ etc.).

Esse quadro demonstra que, praticamente, dois terços dos estados realizaram ou previam atividades de continuidade ao processo da Conferência, o que indica o caráter potencialmente mais processual e permanente do que apenas eventual da Conferência. Esta constatação reforça mais uma vez a pertinência de sua institucionalização como política pública.

Finalmente, este amplo processo de avaliação trouxe bons desafios e reforçou diversos procedimentos adotados pela CNIJMA, de maneira a tornar mais conhecida essa iniciativa pública de mobilização cidadã, bem como a oferecer a gestores, em todos os níveis de governança, alguns referenciais pertinentes às próximas edições.

Parafraseando com os títulos deste 3° Caderno, pode-se concluir, com esta avaliação, que a Conferência, de fato, educa para ação ambiental, repercute seu potencial nas diversas instituições promotoras e parceiras e avança com os princípios e as práticas da educação ambiental no país e até no mundo, com a experiência da Confint. Esse processo de participação social tem mobilizado jovens a se educarem mutuamente, em intercâmbio com as outras gerações, fortalecendo redes, coletivos e organizações que pautam a mudança, no campo socioambiental, na escola e na sociedade. A experiência da Conferência, incluindo esta avaliação, tem propiciado revisitas e discussões constantes sobre a sua própria estrutura e metodologia, condição indispensável à melhoria permanente.

E o que dizem os outros?

O esforço de avaliação realizada e sistematizada neste Caderno 3 é um primeiro passo no contexto de um longo processo, que se pode ver também sob o célebre verso do poeta espanhol, Antonio Machado: "Caminhante, não há caminho, se faz o caminho ao caminhar"

Em 10 anos de Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (2003/2013), essa foi a primeira parada no caminho para se "discutir a relação". Foi uma ótima discussão, realizada em 6 oficinas avaliativas – no Ceará, Amapá, Mato Grosso, Distrito Federal, Espírito Santo e Santa Catarina - 19 avaliações livres, 78 questionários, 18 entrevistas e diversos depoimentos de ex-delegado/as, facilitadores, professores, entre outros, somando perto de 500 pessoas. Esse exercício participativo cumpre uma condição básica para que qualquer política seja pública, que é auscultar o(a)s cidadã(o)s, especialmente aquelas e aqueles diretamente envolvidos.

Com esse mesmo propósito de incentivar um horizonte aberto à reflexão sobre a CNIJMA, o DEA/MMA abriu um edital público para submissão de artigos sobre os 10 anos de CNIJMA, o que resultou no conteúdo do Caderno 4, que traz "Olhares que Somam" a essa experiência político-pedagógica.

Vejamos!...

Referências

BRASIL. [Estatuto da criança e do adolescente (1990)]. Estatuto da criança e do adolescente. – 7.ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Estatuto da Juventude. Lei no 12.852, de 5 de agosto de 2013.

BRASIL. GTI Juventude e Meio Ambiente. Consulta Pública ao Programa de Juventude e Meio Ambiente. MMA/MEC, 2014. Acesso em 02 dez 2014, In: https://consultajuventudemeioambiente.wordpress.com/texto-em-consulta/.

DEBONI, F. Juventude e Meio Ambiente.Revista Eco 21 nº127. Disponível em: <http://www.ambienteemfoco.com.br/?m=20070628> Acesso em: 13 dez. 2007

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo.

DOUNIS, Sumaya C. Documento técnico contendo a consolidação dos produtos anteriores com uma linguagem adaptada e apropriada à publicação, sua ampla e imediata difusão. Produto 5. Ministério do Meio Ambiente – Brasília: IICA, 2015 49p.

MEC. Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis. Relatório Final da 4ª Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, 2013. Brasília/DF.

PORTUGAL, Simone. Documento contendo propostas de indicadores e estratégia de monitoramento das CNIJMA, com base em análise comparativa das edições das CIJMA, que permitam acompanhar, avaliar e fortalecer a institucionalização da CNIJMA, e diretrizes e recomendações para a próxima edição da CNIJMA/Ministério do Meio Ambiente, Brasília: IICA, 2015, 54p.

SOOMA, Jefferson Luiz Damasceno. Documento técnico contendo a proposta de estratégia para subsidiar à capilarização e enraizamento do Programa Nacional Escolas Sustentáveis no âmbito dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Projeto OEI/BRA/10/001. Brasília: Secadi/CGEA, 2014. Produto 1.

Apoio:

Órgão Gestor da PNEA

MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO